



Simulado Especial
PM CE
Soldado – Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial PM CE - Soldado – Pós Edital

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso PM CE;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog da Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog da Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PM-CE-18-12>

01 – A B C D E	33 – A B C D E	65 – A B C D E	097 – A B C D E
02 – A B C D E	34 – A B C D E	66 – A B C D E	098 – A B C D E
03 – A B C D E	35 – A B C D E	67 – A B C D E	099 – A B C D E
04 – A B C D E	36 – A B C D E	68 – A B C D E	100 – A B C D E
05 – A B C D E	37 – A B C D E	69 – A B C D E	
06 – A B C D E	38 – A B C D E	70 – A B C D E	
07 – A B C D E	39 – A B C D E	71 – A B C D E	
08 – A B C D E	40 – A B C D E	72 – A B C D E	
09 – A B C D E	41 – A B C D E	73 – A B C D E	
10 – A B C D E	42 – A B C D E	74 – A B C D E	
11 – A B C D E	43 – A B C D E	75 – A B C D E	
12 – A B C D E	44 – A B C D E	76 – A B C D E	
13 – A B C D E	45 – A B C D E	77 – A B C D E	
14 – A B C D E	46 – A B C D E	78 – A B C D E	
15 – A B C D E	47 – A B C D E	79 – A B C D E	
16 – A B C D E	48 – A B C D E	80 – A B C D E	
17 – A B C D E	49 – A B C D E	081 – A B C D E	
18 – A B C D E	50 – A B C D E	082 – A B C D E	
19 – A B C D E	51 – A B C D E	083 – A B C D E	
20 – A B C D E	52 – A B C D E	084 – A B C D E	
21 – A B C D E	53 – A B C D E	085 – A B C D E	
22 – A B C D E	54 – A B C D E	086 – A B C D E	
23 – A B C D E	55 – A B C D E	087 – A B C D E	
24 – A B C D E	56 – A B C D E	088 – A B C D E	
25 – A B C D E	57 – A B C D E	089 – A B C D E	
26 – A B C D E	58 – A B C D E	090 – A B C D E	
27 – A B C D E	59 – A B C D E	091 – A B C D E	
28 – A B C D E	60 – A B C D E	092 – A B C D E	
29 – A B C D E	61 – A B C D E	093 – A B C D E	
30 – A B C D E	62 – A B C D E	094 – A B C D E	
31 – A B C D E	63 – A B C D E	095 – A B C D E	
32 – A B C D E	64 – A B C D E	096 – A B C D E	

PORTUGUÊS	
PORTUGUÊS	Janaina Arruda
<p>A adaptação à crise climática é essencial conforme os impactos se intensificam</p> <p>O aumento da intensidade e do alcance da crise climática, com secas, enchentes e ondas de calor tornando-se ocorrências regulares em ambos os hemisférios. Isto desencadeou uma conversa global sobre como ajudar pessoas, ecossistemas e economias a se adaptarem a uma nova realidade conhecida como adaptação à mudança climática.</p> <p>No entanto, como mostra o novo Relatório sobre a Lacuna de Adaptação 2022 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a conversa ainda não se converteu em ações suficientes. O relatório conclui que os esforços de planejamento, financiamento e implementação da adaptação não estão acompanhando os riscos crescentes.</p> <p>Conversamos com Maarten Kappelle da Divisão de Ciência do PNUMA para descobrir o que o relatório nos diz, o que o PNUMA está fazendo para impulsionar a adaptação e o que precisa acontecer para que a adaptação se torne uma realidade em cada país.</p> <p>Espera-se que a adaptação seja um foco na próxima Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP27) no Egito. O que é a adaptação climática e por que ela é importante?</p> <p>Maarten Kappelle (MK): Adaptação significa essencialmente as medidas que implementamos para ajudar países, comunidades e setores, tais como a agricultura e a energia renovável, a planejar e prosperar durante os impactos da mudança climática. Assim, por exemplo, se soubermos que uma seca está chegando através de uma melhor previsão, podemos fazer coisas como colocar a captação de água em prática, plantar culturas mais resistentes e restaurar ecossistemas, como florestas.</p> <p>Existem muitos tipos de adaptação, mas uma das principais abordagens é o que chamamos de adaptação baseada em ecossistemas, que são essencialmente projetos que utilizam a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos para proteger as pessoas. Um exemplo é o plantio de florestas de mangue, que podem absorver picos de ondas e servir como uma barreira natural contra enchentes.</p> <p>O que o Relatório sobre a Lacuna de Adaptação 2022 nos diz sobre o estado da adaptação?</p>	<p>MK: Infelizmente, não é uma boa notícia e sim um forte apelo à ação. Estamos vendo enormes impactos climáticos com um aumento da temperatura global de 1,1°C e estamos caminhando para um aumento de muito mais de 2°C, se não levarmos a sério a redução de emissões. E mesmo se cortarmos as emissões, ainda precisamos nos adaptar, pois levará décadas para as temperaturas começem a cair.</p> <p>O que estamos vendo é um aumento no planejamento a nível nacional, com mais de 80% dos países participantes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, sob a qual recai o Acordo de Paris, criando pelo menos um instrumento de planejamento de adaptação nacional. O problema é que o financiamento está ficando desesperadamente escasso. Vamos precisar potencialmente de mais de US\$ 300 bilhões por ano até 2030 para atender às necessidades de adaptação do mundo. Hoje, porém, a lacuna de financiamento é enorme: os fluxos internacionais de financiamento da adaptação para os países em desenvolvimento estão 5 a 10 vezes abaixo das necessidades estimadas. Isto significa que não estamos vendo implementação suficiente de projetos.</p> <p>O que o PNUMA está fazendo para ajudar a impulsionar a adaptação?</p> <p>MK: O que estamos fazendo - além de divulgar dados científicos como este relatório para mostrar onde estamos, onde precisamos estar e como chegar lá - é provar que a adaptação funciona através de projetos de campo. O PNUMA já apoiou mais de 75 projetos de adaptação às mudanças climáticas em mais de 50 países. Combinados, estes projetos visam beneficiar cerca de 2,5 milhões de pessoas, restaurar 113.000 hectares de terra, melhorar o conhecimento sobre adaptação climática de 60.000 pessoas e 131 instituições e construir mais de 1.100 estruturas de captação de água e 82 estações meteorológicas. É um grande esforço, porém uma gota no oceano, em comparação com a escala do desafio. Entretanto, esperamos que nossos programas ao redor do mundo possam ajudar a mostrar o caminho para muitos outros, através de soluções inovadoras e baseadas na natureza.</p> <p>O que precisamos fazer para impulsionar a adaptação?</p> <p>MK: Primeiramente, as nações desenvolvidas precisam cumprir as promessas feitas sob o Pacto Climático de Glasgow, um acordo assinado pelas lideranças mundiais na Conferência sobre Mudança do Clima da ONU no Reino Unido em 2021, para fornecer o financiamento necessário para realizar uma mudança radical na adaptação. Isto também deve incluir uma consideração de perdas e danos, já que muitas das nações menos responsáveis pela mudança climática já sofreram muito. Também precisamos ver uma rápida</p>

aceleração na pesquisa científica, planejamento, implementação e cooperação internacional mais profunda.

Que tipo de trabalho de campo os países devem fazer?

MK: O que ajudaria muito é procurar mais projetos que simultaneamente reforcem a resistência à mudança climática e reduzam as emissões de gases de efeito estufa, proporcionando uma dupla vitória para o mesmo investimento, juntamente com cobenefícios, tais como empregos e melhores meios de subsistência.

Soluções ecossistêmicas, como a restauração de turfeiras e florestas, são particularmente eficazes, pois capturam carbono e fornecem todos os tipos de serviços de adaptação, como armazenamento e filtragem de água e proteção contra eventos climáticos extremos.

Basicamente, ao destruir a natureza, ajudamos a impulsionar a mudança climática e reduzimos a capacidade natural do mundo de nos proteger contra os impactos climáticos. Se conseguirmos recuperar a natureza, por assim dizer, conservando e restaurando a natureza, percorreremos um longo caminho para resolver os desafios de adaptação e mitigação que o mundo está enfrentando hoje e amanhã.

Fonte: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/adaptacao-crise-climatica-e-essencial-conforme-aos-impactos-se>

01. De acordo com o texto:

- a) O relatório da PNUMA aponta um descompasso entre planejamento, financiamento e implementação da adaptação com o aumento dos riscos.
- b) Nada foi feito para buscar uma adaptação das fontes de energia que podem gerar lucro.
- c) Os países desenvolvidos serão sempre os principais responsáveis pela dificuldade de implementação da adaptação
- d) A crise hídrica presente em todo o mundo é mais um dos fatores para a desvalorização das ações ambientais
- e) A crise climática foge do controle humano e as ações realizadas de nenhum impacto serão contra os efeitos negativos

02. Infere-se do texto que dentre as soluções para a crise climática estão:

- a) no arrefecimento da aceleração na pesquisa científica, planejamento, implementação e cooperação internacional
- b) o cumprimento de promessas realizadas por nações desenvolvidas no que tange à aceleração da adaptação
- c) na destruição da natureza, ajudando a impulsionar a mudança climática
- d) comprovação da falácia de projetos de campo incapazes de alcançar grande escala
- e) na restauração e na conservação da natureza por meio de adaptação e armazenamento de água pelas nações desenvolvidas.

03. Assim, por exemplo, se soubermos que uma seca está chegando através de uma melhor previsão, podemos fazer coisas como colocar a captação de água em prática[...]

Analise a pontuação desse trecho e assinale a alternativa correta:

- a) as vírgulas que isolam “por exemplo” são facultativas porque se tratar de locução formada por apenas dois elementos.
- b) A vírgula após “Assim” poderia ser retirada sem causar qualquer prejuízo sintático para o texto, embora trouxesse mudança semântica.
- c) a vírgula depois de “previsão” isolou oração adverbial deslocada
- d) a inserção de uma vírgula depois de “soubermos” transformaria a oração restritiva em explicativa
- e) todas as vírgulas utilizadas têm a mesma justificativa

04. *Isto desencadeou uma conversa global sobre como ajudar pessoas, ecossistemas e economias a se adaptarem a uma nova realidade conhecida como adaptação à mudança climática.*

O termo destacado apresenta no texto função:

- a) catafórica
- b) anafórica
- c) dêitica
- d) exofórica
- e) epanofórica

05. Conversamos com Maarten Kappelle da Divisão de Ciência do PNUMA para descobrir o que o relatório nos diz

A oração destacada é:

- a) subordinada substantiva predicativa
- b) subordinada substantiva objetiva direta
- c) subordinada adjetiva restritiva
- d) subordinada adjetiva explicativa
- e) coordenada aditiva

06. A palavra “através”, presente no texto, tem como regra de acentuação a mesma presente em:

- a) também
- b) parabéns
- c) cipó
- d) você
- e) questões

07. Assinale a alternativa em que apenas a posição de próclise é possível:

- a) para que a adaptação se torne uma realidade em cada país.
- b) era o momento para adequá-la às condições climáticas
- c) Os povos far-lhe-ão o ajuste sustentável solicitado.
- d) As pesquisas se equivocaram sobre a quantidade de lixo.
- e) os cientistas hão de o convocar para o encontro do clima.

08. Infelizmente, não é uma boa notícia e sim um forte apelo à ação

A presença da crase se justifica por ser:

- a) preposição exigida pelo verbo “apelo” e artigo feminino no singular antes de “ação”
- b) preposição exigida pelo substantivo “forte” e pronome feminino antes de “ação”
- c) preposição exigida pelo substantivo “apelo” e artigo feminino singular antes de “ação”
- d) preposição exigida pelo termo “sim” e artigo feminino antes de “ação”
- e) preposição exigida pelo adjetivo “apelo” e artigo feminino singular antes de “ação”

09. Vamos precisar potencialmente de mais de US\$ 300 bilhões por ano até 2030 para atender às necessidades de adaptação do mundo.

A oração destacada apresenta valor semântico de:

- a) causa
- b) tempo
- c) condição
- d) conclusão
- e) finalidade

10. E mesmo se cortarmos as emissões, ainda precisamos nos adaptar

O verbo destacado está conjugado no:

- a) presente do indicativo
- b) futuro do subjuntivo
- c) presente do subjuntivo
- d) futuro do presente do indicativo
- e) futuro do pretérito do indicativo

11. Basicamente, ao destruir a natureza, ajudamos a impulsionar a mudança climática

A oração destacada é:

- a) subordinada substantiva objetiva indireta reduzida de infinitivo
- b) subordinada adverbial final reduzida de particípio
- c) subordinada substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo
- d) subordinada adverbial temporal reduzida de infinitivo
- e) subordinada substantiva predicativa reduzida de infinitivo

12. os desafios de adaptação e mitigação que o mundo está enfrentando hoje e amanhã.

Os termos destacados podem ser substituídos por:

- a) contra os quais / lutando
- b) com os quais / encarando
- c) aos quais/ suportando
- d) cujos/ mudando
- e) em que/ voltando

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

13. Em um certa Secretaria de Segurança, trabalham 17 policiais em um trabalho burocrático, divididos em três níveis, de acordo com sua experiência: dois são do nível I, cinco do nível II e os demais do nível III. Trabalhando individualmente, os policiais dos níveis I, II e III conseguem analisar integralmente um processo em 1 hora, 2 horas e 4 horas, respectivamente. Se os 17 policiais dessa Secretaria trabalharem individualmente por 8 horas, então o total de processos que será analisado integralmente pelo grupo é igual a

- a) 28
- b) 34
- c) 51
- d) 56
- e) 68

14. Em uma metrópole, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; M, N e P. Os resultados mostraram que:

- 420 pessoas gostam da rave M.
- 420 pessoas gostam da rave N.
- 500 pessoas gostam da rave P.
- 40 pessoas gostam das três raves.
- 200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.
- 120 pessoas gostam das raves M e N.
- 140 pessoas gostam das raves M e P
- 100 pessoas gostam das raves N e P.

O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi igual a:

- a) 1500
- b) 1.140
- c) 1220
- d) 1260
- e) 1120

15. Sabe-se que o determinante de uma matriz $C_{4 \times 4}$ é 32. Se dividirmos todos os elementos da segunda coluna de C por 8 e multiplicarmos todos os elementos da matriz C por 2, obtemos uma matriz $D_{4 \times 4}$. O determinante da matriz D é:

- a) 4
- b) 8
- c) 32
- d) 64
- e) 16

16. Qual é a negação da proposição “Alguma vela está acesa e todas as lanchonetes estão fechadas”?

- a) Todas as velas estão apagadas ou alguma lanchonete está aberta.
- b) Todas as velas estão apagadas e alguma lanchonete está aberta.
- c) Alguma vela está apagada e nenhuma lanchonete está aberta.
- d) Alguma vela está apagada ou nenhuma lanchonete está aberta.
- e) Alguma vela está apagada e todas as lanchonetes estão abertas.

17. Três rapazes Arthur, Beto e Carlos que pesam, respectivamente, 50 kg, 100 kg e 120 kg, querem atravessar um rio em uma canoa cuja capacidade é de 150 kg. Cada travessia em qualquer sentido demora 19 minutos e a canoa deve sempre ser conduzida por uma dessas três pessoas. O tempo mínimo necessário para que os três rapazes atravessem o rio é:

- a) 38 minutos
- b) 57 minutos
- c) 1 hora e 16 minutos
- d) 1 hora e 35 minutos
- e) 1 hora e 54 minutos

18. Aos domingos,

- como pizza no jantar ou não tomo açaí,
- corro ou jogo futebol e
- tomo açaí ou não corro.

Se, no último domingo, não joguei futebol, então

- a) corri e não comi pizza no jantar.
- b) não corri e comi pizza no jantar.
- c) não comi pizza no jantar e não tomei açaí.
- d) não corri e não tomei açaí.
- e) corri e tomei açaí.

19. Cinco militares foram acusados de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate do major. Ao entrar na sala, irritado, o major os questiona:

- “Eu não fui”, responde o soldado.
 - “Foi o sargento”, garantiu o cabo.
 - “Foi o tenente”, disse o sargento.
 - “O cabo está mentindo”, retrucou o tenente.
 - “O soldado está falando a verdade”, disse o capitão.
- Sabendo-se que apenas um dos militares mentiu e somente um deles comeu o pedaço de bolo do major, quem comeu o bolo?

- a) soldado.
- b) sargento.
- c) cabo.
- d) tenente.
- e) capitão.

20. Nos 10 jogos que disputou no último campeonato nacional, uma equipe marcou um total de 9 gols, tendo sofrido 7 gols. Somente com tais informações, pode-se concluir que essa equipe, necessariamente,

- a) empatou pelo menos uma partida
- b) não foi derrotada em qualquer um dos 10 jogos disputados.
- c) teve mais vitórias do que derrotas neste campeonato.
- d) nunca marcou mais do que um gol no mesmo jogo.
- e) venceu pelo menos uma partida das 10 que disputou.

21. Maria é médica e seu salário é constituído por duas partes: 40% do valor corresponde ao atendimento no seu consultório e 60% é referente a plantões em hospitais.

Achando que o valor que estava cobrando no atendimento no seu consultório estava desatualizado, Maria aumentou o valor no atendimento em 100% e não houve reajuste no valor dos plantões.

Sobre o novo salário, a parte relativa aos plantões em hospitais representa aproximadamente:

- a) 37%
- b) 39%
- c) 41%
- d) 43%
- e) 45%

22. Maria saiu de casa para comprar a saia nova cuja venda tinha se iniciado na semana anterior. Ao voltar para casa sem a saia, a mãe de Maria comentou com o pai:

Maria não tinha dinheiro suficiente ou o shopping fechou. Do ponto de vista lógico, essa frase é equivalente a

- a) O shopping fechou e Maria não tinha dinheiro suficiente.
- b) O shopping não fechou e Maria não tinha dinheiro suficiente.
- c) Se Maria não tinha dinheiro suficiente então o shopping não fechou.
- d) Se Maria tinha dinheiro suficiente então o shopping fechou.
- e) Se o shopping fechou então Maria tinha dinheiro suficiente

ATUALIDADES

Leandro Signori

23. Com o objetivo de conter a inflação, a taxa de juros básica, a Selic, tem sido constantemente reajustada. Atualmente, essa taxa encontra-se no valor de:

- a) 13,75%.
- b) 13%.
- c) 12,75%.
- d) 12%.
- e) 11,75%.

24. Gal Costa, uma das maiores cantoras da história da música brasileira, faleceu no dia 9 de novembro de 2022. Ela foi uma das principais expoentes de um movimento musical no Brasil, denominado de:

- a) Rock Baiano.
- b) Novo Samba.
- c) Jovem Guarda.
- d) Tropicália.
- e) Bossa Nova.

25. O presidente eleito, Lula, do PT, já começou a dar forma ao seu governo e anunciar alguns de seus ministros. Até o momento, foram confirmados, nos ministérios da Fazenda e da Justiça, respectivamente:

- a) Fernando Haddad e Elmano de Freitas.
- b) Fernando Haddad e Rui Costa.
- c) Fernando Haddad e Flávio Dino.
- d) Flávio Dino e Aloísio Mercadante.
- e) Flávio Dino e Camilo Santana.

26. “Onda de manifestações foi desencadeada pela morte de Mahsa Amini, que morreu em um hospital três dias após ser presa pela polícia da moralidade por mau uso do véu.”

Disponível em: <https://tinyurl.com/vth2akrk>. Acesso em: 12/12/2022.

O país onde ocorreram as manifestações retratadas pelo enunciado é o (a):

- a) Afeganistão.
- b) Arábia Saudita.
- c) Egito.
- d) Iraque.
- e) Irã.

27.



A figura em destaque mostra a mascote escolhido para a Copa de Futebol de 2022 no Catar. Seu nome é:

- a) La'eeb.
- b) Ghutra
- c) Keffyeh.
- d) Hi'jabe.
- e) Túrbano.

HISTÓRIA DO CEARÁ

Sérgio Henrique

28. Observe o seguinte enunciado:

“Com a dissolução da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, aumentou a insatisfação com o governo de D. Pedro I, sobretudo no Nordeste. Em 2 de julho de 1824, em Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade lança o manifesto que dá origem ao movimento. Contudo, antes da manifestação ocorrida no Recife, apoiada por Cipriano Barata e por Joaquim da Silva Rabelo (o Frei Caneca), ambos experientes revoltosos, a província do Ceará já tinha sua manifestação contrária ao Imperador, ocorrida no município de Nova Vila do Campo Maior (hoje Quixeramobim), em 9 de janeiro de 1824 e liderada por Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Melo (o Padre Mororó)”.

Sobre a Confederação do Equador, assinale a alternativa correta.

- () A Confederação costuma ser considerada um prolongamento da Revolução Pernambucana de 1817.
- () As propostas liberais, republicanas e federativas serviram de bandeira política para os insurretos.
- () Os revoltosos propunham a organização de uma república nos moldes dos Estados Unidos da América.
- () A adesão dos segmentos populares foi fundamental para unir todos os revoltosos.
- () A imprensa, infelizmente, atuou contra o movimento e nenhum jornal nas províncias envolvidas quis apoiar a causa.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) F, V, V, V, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) V, F, F, V, V.
- d) V, V, V, F, F.
- e) F, V, V, F, F.

29. Com relação à revolta de Pinto Madeira, no Ceará, em 1831-1832, pode-se dizer corretamente:

- a) fez parte de um plano geral, articulado na capital do Império, para defender a volta de D. Pedro I ao trono, nada tendo a ver com conflitos ou desavenças locais ou regionais.
- b) significou o aprofundamento das divergências entre os coronéis do sertão cearense, no contexto da abdicação de D. Pedro I.
- c) constituiu-se em uma revolta tardia de portugueses e colonos descontentes com o processo de independência do Brasil.
- d) representou o descontentamento de coronéis do Cariri cearense contra a política centralizadora do Presidente da Província, José Martiniano de Alencar.
- e) José Martiniano Pinto Madeira foi um dos principais líderes liberais no Crato.

30. A Igreja Católica autorizou o processo de beatificação de Padre Cícero e foi feita uma solenidade em 30/11/2022 para celebrar oficialmente o início do processo. Ele foi um ícone do catolicismo popular nordestino associado ao coronelismo.

Sobre o episódio conhecido como A Sedição de Juazeiro, é correto afirmar que

- a) apesar de a motivação política ter-se originado na capital do estado, Fortaleza, os eventos da Sedição de Juazeiro ocorreram apenas na região do Cariri cearense, principalmente nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.
- b) a luta dos Sediciosos contra os Rabelistas ultrapassou os limites do Cariri, os revoltosos marcharam sobre Fortaleza, derrubaram o governo de Franco Rabelo e reestabeleceram os interesses das oligarquias cearenses.
- c) a participação de Pe. Cícero Romão Batista neste episódio foi bastante limitada, pois Floro Bartolomeu, político amigo do padre, apoiava Franco Rabelo e se opôs à participação do líder religioso no conflito contra o governo.
- d) mesmo tendo uma importância simbólica, a Sedição de Juazeiro não influiu na política local, uma vez que a imposição de um governo ligado à Política das Salvações não alteraria o controle do poder no estado do Ceará.

31. Atente para o seguinte excerto:

"Surgindo em 25 de maio de 1870 a primeira sociedade libertadora na província do Ceará – a de Baturité e, posteriormente, em 25 de junho do mesmo ano, a de Sobral, denominada Sociedade Manumissora Sobralense. Ambas compostas, na sua grande maioria, por indivíduos pertencentes aos setores médio e alto da sociedade cearense. Em 1879 surge a Sociedade Perseverança e Porvir, fundada por 10 sócios [...]. Essa sociedade foi a progenitora da Sociedade Cearense Libertadora (S.C.L), fundada um ano depois".

CAXILÉ, Carlos Rafael V. Olhar que Enxerga Além das Efemérides: o Movimento [...] na Província do Ceará (1871-1884). Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, p.3-4.

Sobre essas sociedades libertadoras surgidas na província do Ceará a partir da década de 1870, é correto afirmar que

- a) tratavam da libertação da província do controle administrativo da província de Pernambuco, a que o Ceará esteve submisso desde o fim das capitania hereditárias.
- b) lutavam pela autonomia da província que, juntamente às províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco formariam uma república de nome Confederação do Equador.
- c) apoiavam o movimento republicano nascido em São Paulo e que defendia a imediata substituição do governo monárquico de D. Pedro II por um governo republicano eleito pelo voto universal masculino.
- d) tinham por missão promover o abolicionismo através de ações como a alforria de escravos e a divulgação de seus ideais políticos, sociais e econômicos através da atividade de imprensa.
- e) As sociedades libertadoras defendiam a emancipação do escravizado e a indenização do fazendeiro, pois o liberalismo respeita a propriedade privada.

32. A grande seca de 1876-1879 teve uma magnitude planetária. Foi a primeira de três crises de subsistência que atingiram o mundo na segunda metade do século XIX. No Nordeste brasileiro ocorreu, entre 1877 e 1879, um período de seca, sobre o qual pode-se afirmar corretamente que:

- a) despertou, na classe dominante, solidariedade nunca antes vista, pois compartilhou alimentos e habitação com os flagelados.
- b) o período foi caracterizado pela concessão de empréstimos para fins sociais, vindos sobretudo da Europa, e isso minimizou o sofrimento da população nordestina atingida pela seca.
- c) colocou entre as prioridades do governo a realização das obras públicas necessárias a solucionar os problemas das secas futuras.
- d) os efeitos agravaram-se pela demora e insuficiência dos socorros ministrados pelo Estado, que instaurou os chamados socorros indiretos, isto é, que os flagelados deviam trabalhar para receber os socorros.
- e) as condições sanitárias foram garantidas pela vacinação contra a varíola, o que evitou a disseminação desta doença.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

33. A Ética trata do estudo dos princípios que orientam e disciplinam o comportamento humano, refletindo a respeito às normas e aos valores vigentes em nossa sociedade e no serviço público. De acordo nesse entendimento, assinale a alternativa incorreta.

- a) Ética é o conjunto de regras a respeito dos valores morais de uma sociedade.
- b) Os princípios éticos devem ser aplicados para gerar o bem de todos.
- c) A conduta ética obriga a escolher entre o honesto e o desonesto.
- d) Os princípios éticos nos liberam para agir segundo os nossos interesses.
- e) A ética diz respeito aos valores que indicam o que é um bem coletivo.

34. Relacione os componentes do planejamento estratégico com suas respectivas características.

1 – Negócio

2 – Visão

3 – Missão

4 – Valores

- () Princípios de orientação perenes e essenciais;
- () Imagem projetada para longo prazo apoiada por todos os colaboradores;
- () Foca o entendimento das necessidades dos clientes e dos benefícios que eles buscam para atender suas necessidades e desejos;
- () O propósito da existência da organização.

Assinale a alternativa que apresenta sequência correta, de cima para baixo.

- a) 4, 3, 2 e 1
- b) 3, 2, 1 e 4
- c) 2, 3, 1 e 4
- d) 4, 3, 1 e 2
- e) 4, 2, 1 e 3

35. É dever do administrador a divisão das tarefas entre os subordinados para que se atinja a máxima eficiência na alocação de recursos dentro de uma organização. Da mesma forma, ele deve ser capaz de reconhecer a necessidade de distribuir tarefas em uma escala mais elevada, entre as unidades de uma organização. Assinale a opção que indica, respectivamente, os nomes dos conceitos apresentados acima.

- a) Centralização e Descentralização.
- b) Delegação e Departamentalização.
- c) Delegação e Descentralização.
- d) Descentralização e Departamentalização.
- e) Departamentalização e Delegação.

36. De acordo com as regras acerca da organização da Administração Pública, a pessoa jurídica que, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída obrigatoriamente sob a forma de sociedade anônima, com o objetivo de explorar atividades econômicas, representa

- a) uma autarquia.
- b) uma empresa pública.
- c) um órgão público.
- d) uma sociedade de economia mista.
- e) uma fundação pública.

37. Ao descentralizar a prestação de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito público, transferindo a titularidade e a prestação do serviço a outra entidade, criada por meio de lei, tem-se a figura da

- a) concessão.
- b) descentralização por delegação.
- c) descentralização por serviço.
- d) permissão.
- e) desconcentração administrativa.

38. Agências reguladoras são espécies de

- a) autarquias.
- b) empresas estatais.
- c) sociedades de economia mista.
- d) fundações públicas.
- e) empresas privadas.

39. O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada corresponde ao conceito legal de

- a) empresa pública.
- b) sociedade de economia mista.
- c) autarquia.
- d) fundação pública.
- e) delegatária de serviço público.

40. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- b) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

41. Realizada por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, A reforma do Judiciário, instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural. De acordo com o texto constitucional:

- a) um Ministro do Supremo Tribunal Federal que integre o Conselho exercerá obrigatoriamente a função de Ministro- Corregedor.
- b) O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes;
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

42. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétreia expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétreia implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

43. Acerca das normas constitucionais que regem os direitos políticos e os partidos políticos, assinale a opção correta, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

- a) É inelegível para o cargo de vereador ex-cônjuge de governador do estado, ainda que se trate de reeleição e a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido antes do início do mandato de governador.
- b) Não se aplica a regra da perda de mandato por infidelidade partidária a governador que, depois de eleito pelo sistema majoritário, resolva mudar de partido político.
- c) A condenação de servidor público federal por ato de improbidade administrativa não impede sua candidatura ao cargo de deputado federal, uma vez que tal situação não se inclui entre as hipótese de suspensão de direitos políticos.
- d) O voto é obrigatório para o cidadão brasileiro naturalizado que seja analfabeto.
- e) Ação para impugnação do mandato de prefeito eleito graças a esquema de compra de votos deve ser ajuizada na justiça federal, dentro do prazo de seis meses, e instruída com provas do abuso do poder econômico.

44. Tanaka Xing Ling é brasileiro naturalizado e foi morar no Japão, onde se casou com Rosevalda Consuelo, uma mexicana de personalidade forte. Quando Rosevalda Consuelo estava a serviço de seu país na Alemanha, nasceu Digo, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no mexicano. Aos vinte anos de idade, Digo veio para o Brasil, onde instaurou residência e, ato contínuo, optou pela nacionalidade brasileira.

Nessa situação hipotética, no que diz respeito à nacionalidade, a CF estabelece que Digo

- a) é alemão e brasileiro, tendo obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) não pode optar pela nacionalidade brasileira por não estar residindo, sem condenação penal, há mais de quinze anos ininterruptos no Brasil.
- e) é alemão, brasileiro e mexicano, tendo obrigatoriamente cidadania múltipla.

45. Acerca das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública, julgue os itens abaixo.

I- As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares.

II- As polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército e subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

III- As Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

IV- Compete à Polícia Federal exercer, com exclusividade, a função de polícia judiciária da União.

V- As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares

Dentre os itens apresentados, pode-se afirmar que as assertivas corretas são:

- a) I, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) II e IV, apenas.
- d) IV e V, apenas.
- e) I, II, III, IV e V

46. No que concerne aos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue a assertiva correta

- a) Dado o direito à liberdade, um dos direitos fundamentais, a prisão de um indivíduo é medida excepcional em casos de Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) A proteção do direito à vida tem como consequência a proibição da pena de morte em qualquer situação, da prática de tortura e da eutanásia.
- c) A previsão constitucional da prática de tortura como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia expressa um dever de proteção identificado pelo constituinte e traduz-se em mandado de criminalização dirigido ao legislador.
- d) As normas que consubstanciam os direitos fundamentais não são sempre de aplicabilidade imediata.
- e) O Estado pode impor prestação alternativa fixada em lei ao indivíduo que, alegando conflito com suas convicções políticas, se recusar a cumprir obrigação legal a todos imposta, desde que a prestação seja compatível com suas crenças. Em caso de recusa em cumprí-la, ainda assim o indivíduo não poderá ser privado de seus direitos.

47. Tibério, brasileiro nato, após completar dezoito anos de idade, alistou-se como eleitor junto ao órgão competente da Justiça Eleitoral. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) mandado de segurança que será julgado pelo STF.
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

48. Tibruço, cidadão holandês que, após atingir a maioridade, naturalizou-se cidadão brasileiro, foi citado para responder um processo de extradição iniciado pelo Governo holandês. Tal situação ocorreu em razão de sua condenação pela prática de crime no território holandês. Pode-se afirmar que a extradição

- a) do brasileiro naturalizado somente é concedida no caso de crime político ou de opinião;
- b) é impossível, pois nenhum cidadão brasileiro nato ou naturalizado pode ser extraditado;
- c) é possível independentemente do crime e da existência de acordo de reciprocidade entre os Governos brasileiro e holandês;
- d) seria possível no caso de crime comum praticado antes da naturalização;
- e) seria possível independentemente do caso.

49. É INCORRETO afirmar que compete aos Municípios

- a) criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- c) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- d) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

50. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, um importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) sempre terão a natureza jurídica de atos de direito internacional, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprovar os com observância do processo legislativo ordinário;
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

51. Tanaka, servidor público estadual, teve conhecimento de que a Constituição da República de 1988 tinha assegurado determinado direito estatutário aos servidores, mas condicionava o seu exercício à edição de lei que o regulamentasse. Apesar de decorridos muitos anos desde a promulgação da Constituição, a lei não foi editada, omissão que torna inviável o exercício do seu direito. À luz da narrativa constitucional e da narrativa acima, o instrumento passível de ser utilizado por Tanaka para a tutela dos seus interesses é:

- a) o mandado de segurança;
- b) o habeas data;
- c) a reclamação constitucional;
- d) o mandado de injunção;
- e) o direito de petição.

52. O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a competência para

- a) a celebração de tratados internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) a concessão de indulto e para a comutação de penas.
- c) nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução
- e) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

53. Sobre a Declaração Universal de Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.
- b) Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação
- c) Aquele que é acusado de ato delituoso, presume-se inocente até que sua culpa seja legalmente provada.
- d) A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal ou censitário, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto
- e) Todas as pessoas tem o direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, podendo também, deixar qualquer país, inclusive o seu e regressar.

54. O PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos, prevê eixos, diretrizes, objetivos e ações para efetivação dos Direitos Humanos em nosso país. Sobre, julgue os itens:

I-É diretriz do Eixo Orientador I a interação democrática entre Estado e sociedade civil como instrumento de fortalecimento da democracia participativa

II - Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos e valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento são diretrizes previstas no PNDH-3.

III-O Eixo Orientador a Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) III
- d) Todas estão corretas
- e) Todas estão incorretas

55. A Lei Maria da Penha se tornou um importante mecanismo contra a violência doméstica e familiar contra a mulher, em conformidade com o disposto na Constituição Federal e nos tratados internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro. Acerca das disposições sobre a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e do Decreto federal nº 4.377, de 13 de setembro de 2002 (Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher) assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher determina que os Estados – Parte devem adotar medidas adequadas para impedir a discriminação contra a mulher por razões de casamento ou maternidade e assegurar a efetividade de seu direito a trabalhar, dentre as quais, estimular o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que os pais combinem as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública, especialmente mediante fomento da criação e desenvolvimento de uma rede de serviços destinados ao cuidado das crianças.
- b) A Lei Maria da Penha pode incidir na agressão perpetrada pelo irmão contra a irmã na hipótese de violência praticada no âmbito familiar.
- c) É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado seu domicílio ou do agressor para ações de natureza cível
- d) Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência, determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para o ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente, comunicar Ministério Público e determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor.
- e) Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, pela autoridade judicial e, na falta deste, pelo delegado ou policial.

56. A Lei 12.288 de 2010 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, conceituando que desigualdade racial é toda forma:

- a) de distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- b) de distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, exceto no econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- c) De situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- d) assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais
- e) A legislação comente conceitua a discriminação racial.

57. Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, analise as afirmativas e assinale a correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices, salvo condições diferenciadas em razão de uma deficiência, na prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.
- b) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- c) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria deve ser reservada as pessoas com deficiência 2% das unidades habitacionais.
- d) A pessoas com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.
- e) Nos telecentros e as lan houses deverão ser disponibilizados computadores acessíveis no mínimo de 20% (vinte por cento) sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

58. A Constituição da República de 1988 inovou com relação a proteção dos Direitos Humanos, trazendo rol de garantias e direitos fundamentais e desde a reforma do judiciário (Emenda Constitucional 45) é possível status hierárquico constitucional de Tratados Internacionais de Direitos Humanos que sejam aprovados:

- a) Em um turno, cada casas do Congresso Nacional por 2/5 dos votos
- b) Em dois turnos, duas casa do Congresso Nacional por 3/5 dos votos
- c) Em um turno, duas casas do Congresso Nacional por 2/5 dos votos
- d) Em dois turno, uma casa do Congresso Nacional por 3/5 dos votos
- e) Maioria simples votantes

59. Sobre os princípios, características e terminologia dos direitos humanos, julgue:

- I- Dentre as características dos direitos humanos encontram-se a historicidade e a vedação de retrocesso, significando que os direitos humanos resultam de um processo histórico, de lutas sociais contra violações de direitos, não podendo ser suprimidos, pois estariam retrocedendo eliminado direitos e garantias conquistados ao longo da história.
 - II- Os direitos humanos são voltados para questões estritamente políticas e de liberdades individuais, não tutelando direitos que se relacionem com a esfera econômica ou cultural.
 - III- O fundamento jusnaturalista se baseia na ideia que os direitos humanos são extraídos da razão humana, após reflexão lógica e laica.
- Estão corretos os itens
- a) I e III
 - b) I e II
 - c) I
 - d) III
 - e) Todas estão corretas.

60. Sobre os crimes de Tortura previstos na Lei 9.455 de 1997, julgue as assertivas:

I – Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

II – Os crimes de tortura são puníveis com reclusão de dois a oito anos.

III – A pena para crime de tortura é aumentado em metade ser o crime é cometido por agente público, contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I
- d) Todas estão corretas
- e) Todas estão incorretas

61. Mariana tem 15 anos e nasceu com deficiência auditiva e está inserida na rede regular de ensino. Com relação aos direitos à educação, julgue o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

- a) Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libra.
- b) No estatuto da pessoa com deficiência não existe previsão de qualquer auxílio escolar para deficientes auditivos
- c) Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino superior com habilitação em Libra.
- d) A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos nos níveis básicos de ensino, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
- e) A oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas é obrigação municipal.

62. Sobre o PNDH III – Decreto 7.037/2009, é INCORRETO afirmar:

- a) São eixos orientadores Desenvolvimento e Direitos Humanos e Universalizar direitos em um contexto de desigualdades,
- b) Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, serão convidados a aderir ao PNDH-3
- c) Democratização e modernização do sistema de segurança pública é diretriz do eixo sobre Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.
- d) A Efetivação de modelo de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e econômica, ambientalmente equilibrado e tecnologicamente responsável, cultural e regionalmente diverso, participativo e não discriminatório é diretriz do eixo sobre Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência
- e) É ação programática da Diretriz onze propor alteração do texto constitucional, de modo a considerar as polícias militares não mais como forças auxiliares do Exército, mantendo-as apenas como força reserva.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR/PROCESSO PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

63. Assinale a alternativa correta acerca do Código Penal Militar (CPM).

- a) Quanto ao tempo do crime, o CPM adotou a teoria da ubiquidade, segundo a qual se considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) A *abolitio criminis*, tida como hipótese de descriminalização do fato criminoso, caracteriza causa de extinção da punibilidade.
- c) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas, ou nela é computada, quando diversas.
- d) Em tempo de guerra, consideram-se crimes militares somente os previstos nesse Código para o tempo de guerra.
- e) O defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, ainda que alegado ou conhecido antes da prática do crime.

64. No que concerne ao Código Penal Militar (CPM), assinale a alternativa INCORRETA

- a) O resultado de que depende a existência do crime somente é imputável a quem lhe deu causa. Considerase causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) A preexistência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado. Os fatos anteriores imputam-se, entretanto, a quem os praticou.
- c) Não é imputável quem, no momento da ação ou da omissão, não possui a capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em virtude de doença mental, de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- d) A pena é agravada em relação ao agente que coage outrem à execução material do crime.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição em contrário, não são puníveis se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

65. De acordo com o Código Penal Militar (CPM), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para os crimes comissivos, o CPM acolheu, no que tange ao local do crime, a teoria da ubiquidade.
- b) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.
- c) Aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de um terço.
- d) Negada a reabilitação, não pode ser novamente requerida senão após o decurso de um ano.
- e) Quando o agente, por erro de percepção ou no uso dos meios de execução, ou outro acidente, atinge uma pessoa em vez de outra, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela que realmente pretendia atingir.

66. A suspensão condicional da execução da pena consiste em um direito público subjetivo do réu de, preenchidos todos os requisitos legais, ter suspensa a execução da pena imposta. Contudo, no direito penal militar, existem casos em que, não obstante preenchidas as condições legais, não será possível a aplicação do benefício. Nesse contexto, nos termos do Código Penal Militar, em tempo de paz, é correto afirmar que a suspensão condicional da pena é aplicável ao crime de

- a) deserção.
- b) desrespeito a superior.
- c) despojamento desprezível.
- d) receita ilegal.
- e) ingresso clandestino.

67. Na deserção “tutela-se o serviço militar afetado pelo fato de o agente não estar presente. Protege-se, ademais, o dever militar, o comprometimento, a vinculação do homem aos valores éticos e funcionais da caserna e de sua profissão.” Nesse contexto, à luz do Código Penal Militar, resta caracterizada a deserção quando, sem licença, ausentar-se o militar da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de

- a) três dias.
- b) cinco dias.
- c) oito dias.
- d) quinze dias.
- e) trinta dias.

68. Suponha que determinado grupo de policiais militares se reuniram e, armados, agiram contra a ordem expressa recebida de superior. Nesse caso, de acordo com o Código Penal Militar (CPM), está caracterizado o crime de

- a) desobediência.
- b) insubmissão.
- c) traição.
- d) motim.
- e) revolta.

69. Assinale a alternativa que apresenta crimes militares que admitem modalidade culposa.

- a) Retenção indevida e abandono de posto
- b) Omissão de eficiência da força e omissão de providências para evitar danos
- c) Descumprimento de missão e omissão de providências para salvar comandados
- d) Omissão de socorro e embriaguez em serviço
- e) Insubordinação e desrespeito a superior

70. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna. Configura crime contra a autoridade ou disciplina militar, a conduta típica de _____.

- a) revelar notícia, informação ou documento, cujo sigilo seja de interesse da segurança externa do Brasil
- b) deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou revolta de cuja preparação teve notícia, ou, estando presente ao ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo
- c) ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias
- d) deixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação
- e) usurpar função pública, por interesse ou sentimento pessoal

71. Em conformidade com as disposições do Código Penal Militar, são penas acessórias, dentre outras:

- a) a destituição da função comissionada e a indignidade para o oficialato
- b) a cassação do direito de dirigir e a suspensão dos direitos políticos
- c) a perda da função pública, ainda que eletiva e a perda de posto e patente
- d) a exoneração do cargo e a incompatibilidade com o oficialato
- e) a perda e bens e de valores e a prestação continuada

72. No que diz respeito às penas, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe o Código Penal Militar.

- a) a pena de reclusão ou de detenção até 4 (quatro) anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão e cumprida, quando não cabível a suspensão condicional pelo oficial, em recinto de estabelecimento militar
- b) o mínimo da pena de reclusão é de um ano, e o máximo de trinta anos; o mínimo da pena de detenção é de trinta dias, e o máximo de dez anos
- c) o condenado pela Justiça Militar de uma região, distrito ou zona não poderá cumprir pena em estabelecimento de outra região, distrito ou zona
- d) por crime militar praticado em tempo de paz, poderá o civil ficar sujeito a cumprir a pena, no todo ou em parte em penitenciária militar, se, em benefício da segurança nacional, assim o determinar a sentença
- e) a pena de impedimento sujeita o condenado a permanecer no recinto da unidade, com prejuízo da instrução militar

73. No que se refere à Teoria do Crime, assinale a alternativa incorreta.

- a) não é culpado quem comete o crime em estrita obediência a ordem direta de superior hierárquico, em matéria de serviços
- b) pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado
- c) a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis
- d) salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente
- e) nos crimes em que há violação do dever militar, o agente poderá invocar coação irresistível física ou moral

74. Assinale a alternativa que apresenta apenas crimes propriamente militares.

- a) Omissão de praça e deserção.
- b) Furto de uso e exercício de comércio por praça.
- c) Deserção e omissão de oficial.
- d) Homicídio de oficial e insubmissão.
- e) Insubmissão e lesão corporal de oficial.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Priscila Silveira

75. Sobre as garantias constitucionais aplicáveis ao Processo Penal é correto afirmar:

- a) a condenação de um réu sem defensor viola o princípio do juiz natural.
- b) a Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que "Não haverá juízo ou Tribunal de exceção". Essa orientação decorre do princípio da publicidade.
- c) pelo princípio da presunção de inocência, o acusado não será considerado culpado antes da publicação da sentença penal condenatória.
- d) A Magna Carta estabelece como garantia fundamental do indivíduo durante o curso do processo o direito de permanecer em silêncio na persecução do Estado a um ilícito, independentemente de sua natureza, aplicando-se também ao Inquérito Policial.
- e) são proibidas no processo penal, as provas ilícitas, aquelas obtidas em violação a normas infraconstitucionais.

76. De acordo com os Princípios e garantias processuais penais fundamentais, responda a assertiva correta:

- a) O princípio do *nemo tenetur se detegere* é corolário da garantia constitucional do direito ao silêncio e impede que todo o acusado seja compelido a produzir ou contribuir com a formação de prova contrária ao seu interesse, salvo se não houver outro meio de produção de prova.
- b) A defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.
- c) O princípio do juiz natural impede a criação de tribunais de exceção.
- d) O art. 20, do CPP, que garante o sigilo das investigações no inquérito policial, não foi recepcionado pela Constituição Federal, que previu expressamente o princípio da publicidade.
- e) o direito ao julgamento em prazo razoável é uma garantia ao Acusado, que não está previsto na Constituição Federal, mas apenas no Código de Processo Penal.

77. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) é aplicável aos processos, ainda em curso, iniciados na vigência da lei processual anterior.
- b) é de incidência imediata, pouco importando a fase em que esteja o processo.
- c) aplica-se somente aos fatos criminosos ocorridos após a sua vigência.
- d) vigora desde logo e não possui efeito retroativo, mesmo que favoreça o acusado.
- e) não retroage para invalidar os atos praticados sob a vigência da lei anterior, se mais benéfica.

78. A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública for condicionada à representação, poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

79. Acerca da ação penal privada, assinale a opção correta.

- a) o perdão do ofendido, seja expresso ou tácito, é causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram exclusivamente por ação penal privada e naqueles em que há ação penal pública incondicionada.
- b) com a morte do ofendido, se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência a figura do ascendente, em face dos vínculos fraternos.
- c) considerar-se-á perempta a ação penal quando, deixar de promover o andamento do processo durante 60 (sessenta) dias.
- d) a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um dos autores do crime aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- e) Na ação penal privada personalíssima, a titularidade é exclusiva do ofendido, mas em caso de morte, transmite-se aos seus herdeiros ou sucessores.

80. Sobre a ação penal pública é correto afirmar:

- a) a representação é condição essencial para o regular desenvolvimento da ação penal pública condicionada proposta pelo Ministério Público, podendo ser oferecida até o recebimento da denúncia ou no prazo máximo de seis meses, contados a partir do momento em que o ofendido ou seu representante legal tiver conhecimento de quem é o autor da infração penal.
- b) em virtude do princípio da disponibilidade, o Ministério Público pode desistir de ação penal já instaurada, bem como de qualquer recurso por ele interposto.
- c) qualquer que seja o crime, se for praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, dos estados e(ou) dos municípios, a ação penal será sempre pública.
- d) nas ações penais públicas condicionadas à requisição do Ministério da Justiça, o prazo para o oferecimento da requisição é de três meses a contar do conhecimento da autoria.
- e) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo Ministério Público por meio de denúncia, que deve ser oferecida no prazo decadencial de 6 meses, contados do dia em que ocorreu a infração penal.

81. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

82. Se a prisão em flagrante feita por agente policial não contar com testemunhas da infração, apresentado o preso à Autoridade Policial esta

- a) fará diligências no local dos fatos em busca de testemunhas da infração, antes de lavrar o auto de prisão em flagrante.
- b) não lavrará o auto de prisão em flagrante por falta de testemunhas.
- c) lavrará o auto de prisão em flagrante que será assinado apenas pela própria autoridade, pelo autuado e pelo condutor.
- d) lavrará o auto de prisão em flagrante ouvindo o condutor e colherá as assinaturas de duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- e) convocará parentes do preso para assinar o auto juntamente com ele.

83. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.
- b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.
- c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.
- d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.
- e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

84. A autoridade policial da 24ª Delegacia de Polícia de Piedade no Rio de Janeiro, durante as investigações de um crime de associação criminosa (Art. 288 do CP), representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Francisco, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decretou a prisão temporária pelo prazo de 5 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Francisco não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas.

Considerando apenas as informações narradas, assinale a assertiva correta:

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Francisco é ilegal, pois deveria ter sido decretada por 30 dias.
- b) a decisão do magistrado de determinar que Francisco ficasse separado dos demais detentos não encontra amparo legal, embora de alguma forma favoreça o preso cautelarmente.
- c) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que a associação criminosa não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.
- d) a decretação da prisão foi ilegal, já que não houve requerimento do Ministério Público.
- e) a prisão é legal, mas o prazo é ilegal, vez que deveria ser determinado desde o início o prazo de 10 dias, já que admite prorrogação.

85. No que diz respeito ao rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é INCORRETO afirmar que:

- a) O rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é aplicável apenas aos crimes funcionais próprios.
- b) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- c) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- d) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- e) O juiz, antes de receber a denúncia, determinará não só a sua autuação, mas também mandará notificar o agente para apresentar a sua defesa preliminar no prazo de 15 dias.

86. A respeito do habeas corpus é correto afirmar que:

- a) não pode ser concedido de ofício.
- b) não pode ser impetrado quando a coação ilegal for decorrente da ocorrência da extinção da punibilidade.
- c) constitui meio hábil para o reconhecimento da decadência.
- d) só pode ser impetrado se o paciente estiver preso.
- e) o promotor de justiça não pode impetrar pedido de *habeas corpus*.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Priscila Silveira

87. A ideia de igualdade é refutada pela teoria da criminologia denominada

- a) teoria do etiquetamento social.
- b) teoria das zonas concêntricas.
- c) teoria associação diferencial.
- d) teoria das janelas quebradas
- e) teoria da tolerância zero.

88. No que diz respeito à teoria do labelling approach ou do etiquetamento social, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria da rotulação de criminosos cria um processo de estigma para os condenados, e a pena não funciona como geradora de desigualdades. O sujeito acaba sofrendo reação apenas da sociedade.
- b) A teoria do labelling approach ou do etiquetamento social é uma das mais importantes teorias de consenso. Surgida nos anos 1960, nos Estados Unidos, seus principais expoentes foram Erving Goffman e Howard Becker. Por meio dessa teoria ou enfoque, a criminalidade não é uma qualidade da conduta humana, mas a consequência de um processo em que se atribui tal “qualidade” ou estigmatização.
- c) Para a teoria do labelling approach ou do etiquetamento social, a sociedade não define o que entende por “conduta desviante”, pois todo comportamento considerado perigoso, constrangedor, impondo sanções àqueles que se comportarem dessa forma. Destarte, condutas desviantes são aquelas que cada pessoa rotula individualmente a que pratica.
- d) Para a teoria do labelling approach ou do etiquetamento social, o criminoso apenas se diferencia do homem comum em razão do estigma que sofre e do rótulo que recebe. Por isso, o tema central desse enfoque é o processo de interação em que o indivíduo é chamado de criminoso.
- e) Surgiu nos anos 1960, nos Estados Unidos, seus principais expoentes foram Edwin Hardin Sutherland e Emile Durkheim.

89. Assinale a alternativa que indica corretamente a qual teoria sociológica do crime corresponde a uma teoria de consenso, desenvolvida pelo sociólogo americano Edwin Sutherland (1883-1950), inspirado em Gabriel Tarde que afirma que o comportamento do criminoso é aprendido, nunca herdado, criado ou desenvolvido pelo sujeito ativo:

- a) Anomia.
- b) Teoria crítica.
- c) Associação diferencial.
- d) Subcultura delinquente.
- e) Teoria ecológica.

90. Considerando-se os modelos de prevenção do delito pelo Estado, se a polícia militar de determinado estado institui um programa educacional de prevenção e resistência às drogas, o que ensejou o atendimento de aproximadamente dois mil estudantes do ensino médio, nessa situação hipotética, trata-se de:

- a) ação repressiva secundária.
- b) ação preventiva terciária.
- c) ação preventiva de natureza primária.
- d) ação preventiva secundária.
- e) ação repressiva primária.

91. Assinale a opção que indica escola criminológica que utilizou, entre outros, fundamentos da teoria do contratualismo.

- a) Escola Técnico-jurídica
- b) Escola Clássica
- c) Escola Positiva ou Positivista
- d) Escola Marxista
- e) Escola Correcionalista

92. De acordo com a teoria da associação diferencial, de Sutherland, os crimes são cometidos

- a) em razão do comportamento das vítimas e das condições do ambiente.
- b) por pessoas de baixa renda, exatamente em razão de sua condição socioeconômica desprivilegiada.
- c) em razão do comportamento delinquente herdado, ou seja, de origem biológica.
- d) por pessoas que sofrem de sociopatias ou psicopatias.
- e) por pessoas que convivem em grupos que realizam e legitimam ações criminosas.

93. Sobre a teoria da “anomia”, é correto afirmar:

- a) é classificada como uma das “teorias de conflito” e teve, como autores, Erving Goffman e Howard Becker.
- b) foi desenvolvida pelo sociólogo americano Edwin Sutherland e deu origem à expressão white collar crimes.
- c) surgiu em 1890 com a escola de Chicago e teve o apoio de John Rockefeller.
- d) iniciou-se com as obras de Émile Durkheim e Robert King Merton, e significa ausência de lei.
- e) foi desenvolvida por Rudolph Giuliani, também conhecida como “Teoria da Tolerância Zero”.

94. No tocante à temática da prevenção da infração à lei penal, é correto afirmar que a prevenção

- a) secundária consiste em, dentre outras, políticas criminais voltadas exclusivamente à reintegração do preso na sociedade.
- b) terciária consiste em políticas públicas de conscientização de todos os cidadãos quanto à importância de se cumprirem as leis, mediante o fornecimento de serviços públicos de qualidade, tais como saúde, educação e segurança.
- c) geral busca, por meio da pena, intimidar os indivíduos propensos a delinquir, inibindo-os de transgredir a lei penal.
- d) geral negativa busca, por meio da pena, a reeducação e a ressocialização do criminoso.
- e) primária consiste em, dentre outras, ações policiais de repressão às práticas delituosas.

SEGURANÇA PÚBLICA

Alexandre Herculano

95. O artigo 144 da CRFB/1988, ao tratar da ordem pública, estabelece sua preservação como um dos deveres da Polícia Rodoviária Federal. Assim, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- b) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, incumbe, somente, a execução de atividades de defesa civil.
- c) Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- d) A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.
- e) A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira.

96. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a, EXCETO:

- a) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- d) exercer as funções de combate ao crime organizado dentro e fora dos Estados.
- e) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

97. Com base na Lei 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), marque a opção INCORRETA.

- a) O Susp será coordenado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública.
- b) O compartilhamento de informações, pelo Susp, será feito preferencialmente por meio eletrônico, com acesso recíproco aos bancos de dados, nos termos estabelecidos pelo Ministério da Defesa.
- c) O intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos para qualificação dos profissionais de segurança pública e defesa social dar-se-á, entre outras formas, pela reciprocidade na abertura de vagas nos cursos de especialização, aperfeiçoamento e estudos estratégicos, respeitadas as peculiaridades e o regime jurídico de cada instituição, e observada, sempre que possível, a matriz curricular nacional.
- d) As operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe poderão ser ostensivas, investigativas, de inteligência ou mistas, e contar com a participação de órgãos integrantes do Susp e, nos limites de suas competências, com o Sisbin e outros órgãos dos sistemas federal, estadual, distrital ou municipal, não necessariamente vinculados diretamente aos órgãos de segurança pública e defesa social, especialmente quando se tratar de enfrentamento a organizações criminosas.
- e) Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas é órgão integrante operacional do Susp.

98. Quanto à composição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a Lei nº13.675/2018 dispõe que a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil é:

- a) é integrante estratégico do SUSP.
- b) é integrante operacionais do SUSP.
- c) não faz parte do SUSP.
- d) pode fazer parte do SUSP.
- e) somente faz parte do SUSP.

99. São focos prioritários dos programas, projetos e ações que compõem o Pronasci, EXCETO.

- a) foco social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência
- b) foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos
- c) foco repressivo: combate ao crime organizado
- d) foco preventivo: ressocialização da população carcerária.
- e) foco etário: população juvenil de 15 a 24 anos

100. De acordo com a Lei 11.530/07 (Pronasci) marque a opção INCORRETA.

- a) O trabalho desenvolvido pelo Reservista-Cidadão, que terá duração de 6 meses, tem como foco a articulação com jovens e adolescentes para sua inclusão e participação em ações de promoção da cidadania.
- b) O projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável - Protejo é destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situações de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
- c) O projeto Mulheres da Paz é destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
- d) O projeto Reservista-Cidadão é destinado à capacitação de jovens recém-licenciados do serviço militar obrigatório, para atuar como agentes comunitários nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci.
- e) A gestão do Pronasci será exercida pelos Ministérios, pelos órgãos e demais entidades federais nele envolvidos, bem como pelos Estados, Distrito Federal e Municípios participantes, sob a coordenação do Ministério da Justiça.

Preencha o gabarito!

[**https://bit.ly/Simulado-PM-CE-18-12**](https://bit.ly/Simulado-PM-CE-18-12)

NÃO É ASSINANTE?

[**https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas**](https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)